

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Leila D'arc de Souza
leiladarc@yahoo.com.br

Resumo: Neste artigo buscamos refletir as relações entre *a cultura do público e a cultura do privado* na gestão da educação pública brasileira no contexto pós reforma do Estado dos anos 90. Partimos das configurações que o público e o privado assumem na evolução do Estado capitalista no que se refere à polarização entre a idéia de público no Estado de Bem-Estar Social e no Estado Neoliberal. Levantamos as percepções dos estudantes dos cursos básicos e gestores (as) do CEP¹ Ceilândia sobre o caráter público da escola no contexto da aplicação do PROEP² 1999-2004.

Palavras-chaves: público e privado; reforma do estado; educação profissional; gestão - PROEP

AS RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NA EVOLUÇÃO DO ESTADO MODERNO

As categorias público e privado tiveram delimitação bem definida na antigüidade grega da Polis (cidade estado) onde a esfera privada equivalia a um estágio pré-político, relacionava-se ao reino da necessidade do trabalho, da sobrevivência, da violência. Já a esfera pública poderia ser denominada como o estágio político, reino da liberdade e da igualdade (ARENDR, 2005).

Com o desenvolvimento da sociedade moderna, a família foi absorvida por outros grupos sociais, o trabalho foi emancipado da esfera privada da família e conquistou a esfera pública, o que proporcionou importantes mudanças de qualidade na divisão do trabalho e o conseqüente avanço da produtividade. Com o advento da sociedade de massas constitui-se uma nova esfera, a social, que afrouxou as linhas divisórias entre a esfera pública e a esfera privada. Segundo Arendt a sociedade encontrou sua forma política no Estado Nacional. A propriedade sofre mudanças, assume outras formas como a propriedade da força humana de trabalho. A flutuação e permutabilidade do caráter da propriedade encontra um denominador comum temporário que é o dinheiro (ARENDR, 2005).

A esfera pública passou a ser função da esfera privada, pois a razão do surgimento e desenvolvimento do Estado moderno foi a defesa da propriedade privada com suas novas configurações. O Estado burguês moderno conforma-se como resultado do contrato social firmado entre os homens para a preservação da propriedade privada. Portanto, constitui-se como organismo de poder e dominação pela força e pela ideologia de uma classe proprietária sobre os não- proprietários. O Estado materializa seu caráter de provedor e protetor dos bens e dos interesses públicos quando estes dizem respeito às demandas da classe dominante (ALTHUS-SER, 1980).

Para Mészáros, o Estado capitalista, além de garantir a propriedade privada e a divisão do trabalho, tem função corretiva dos problemas e contradições decorrentes da produção capitalista. Assim, o Estado assumiu, em cada tempo e espaço diferenciado, novas feições de

acordo com as necessidades do desenvolvimento capitalista. No período do Bem-Estar Social, o Estado assumiu o papel de promoção de investimentos econômicos que favoreceram diretamente o capital privado e o consumo de bens e serviços destinados aos trabalhadores. O Estado atuou diretamente tanto na produção de bens de consumo e de serviços, quanto no consumo e comercialização, tornando-se consumidor e dinamizando a circulação de bens de consumo e de serviços (MÉSZÁROS, 2000).

Esta estratégia do Estado de intervenção desenvolveu-se principalmente como alternativa à crise do período entre-guerras e ganhou impulso na reconstrução europeia do pós-Segunda Guerra. Segundo Antunes:

“[...] erigiu-se, particularmente durante o pós-guerra, um sistema de *compromisso* e de *regulação* que, limitado a uma parcela dos países capitalista avançados, ofereceu a ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente controlado, regulado e fundado num compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado” (ANTUNES, 2003, p. 38).

Esse modelo de Estado entrou em crise nos anos 70 como expressão da crise econômica e política que afetou os níveis de lucratividade em decorrência da super-produção e queda do consumo. Os altos custos dos direitos trabalhistas e sociais, conquistados pelos trabalhadores (as) no período, baixavam a lucratividade e as concessões do capital ao trabalho não se faziam tão urgentes, dado o pacto estabelecido entre organizações sindicais e políticas dos trabalhadores e o Estado. O desenvolvimento tecnológico, combinado com todos os outros elementos desse contexto, levaram à crise da organização produtiva taylorista-fordista.

Esta nova realidade configurou o ambiente propício às idéias neoliberais, segundo as quais o único princípio regulador possível é o da concorrência competitiva do mercado. Para Hayek, a concorrência, efetiva no mercado, seria, portanto, o verdadeiro meio de organização e regulação social, e ela seria inconciliável com o planejamento estatal (MONTAÑO, 2005).

O processo histórico que envolve a transição do Estado de Bem-Estar-Social para o Estado Neoliberal tem se caracterizado por um constante conflito entre as concepções e as práticas relacionadas a essas duas formas distintas de organização do poder. Embora as duas visem o mesmo fim, a manutenção e reprodução do sistema capitalista, a cada uma correspondem estratégias diferenciadas de acordo com as circunstâncias históricas específicas que as originaram. Estas estratégias têm definido o caráter da propriedade pública a ela relacionada. As instituições públicas passaram a conviver com elementos de herança do Estado de Bem-Estar-Social e com as novas formulações e definições de propriedade pública desenvolvidas pelas políticas neoliberais. Das observações e análises, podemos perceber as mudanças no caráter da propriedade pública, que cada vez mais assume característica de propriedade privada, num processo de contradições e conflitos entre culturas.

A denominação de cultura do público identifica as práticas oriundas das políticas do Estado de Bem-Estar-Social, principalmente no que se refere à gratuidade dos serviços públicos oferecidos pelo Estado à comunidade, por serem financiados com recursos da arrecadação

pública. E por cultura do privado, entendemos as novas práticas, que embora desenvolvidas no espaço público, são oriundas do mercado capitalista, envolvendo a cobrança dos serviços prestados à comunidade e a venda de produtos e serviços.

Assim, a diluição de fronteiras entre a instituição pública e a instituição privada manifesta-se em vários aspectos, um deles é o financiamento público para instituições privadas e o financiamento privado para instituições públicas que introduz na instituição pública um conjunto de concepções, práticas e princípios de gestão voltados para a geração de renda, próprios do negócio capitalista.

Como parte da Reforma do Estado, a reforma da educação profissional configurou-se por meio do Programa de Educação Profissional- PROEP nos anos 90, que no contexto da reorganização econômica mundial estabeleceu novos contornos para as políticas públicas. Este programa teve como base legal o Decreto 2.208/97, que estabeleceu a separação entre o ensino médio e a educação profissional e foi instituído através do acordo de empréstimo nº. 1.052/OC-BR, assinado entre o governo brasileiro através do Ministério da Educação e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID³ em 27 de novembro de 1997 com vigência até novembro de 2006.

A adesão da Secretaria de Educação Estadual, assim como da escola ao programa estava condicionada ao compromisso de que a continuidade dos projetos propostos a partir do PROEP dar-se-ia por meio do desenvolvimento de atividades voltadas para a auto-sustentação, com meta definida em 20% das despesas escolares.

Neste artigo analisamos a implementação de atividades empresariais e privatizantes na gestão da educação pública, com prioridade para a convivência entre a cultura do público e a cultura do privado e para a autonomia administrativa e financeira, a partir da sua adesão ao PROEP. Para tal levantamos as percepções dos estudantes dos cursos básicos e dos gestores (as) sobre a cobrança de taxas de matrículas no espaço escolar público e sobre o caráter público da escola. Este estudo fez parte da pesquisa de mestrado: “A reforma do Estado e a gestão da cultura empresarial na escola pública”.

Para análise de dados relativos à percepção dos estudantes dos cursos básicos sobre o caráter público da escola, nossa mostra se constituiu de 14,48% dos estudantes frequentes em de todos os cursos básicos⁴ do bimestre novembro-dezembro de 2006. Além dos estudantes foram entrevistados três gestores (as), que vivenciaram todo o período delimitado de 1999 a 2004. Os mesmos (as) já se encontravam na escola no período anterior ao PROEP e permanecem no exercício de funções relacionadas às atividades de auto-sustentação financeira da escola, nos moldes proposto pelo programa.

O caráter público da escola e a cobrança da taxa de matrícula

A definição da escola como pública se apresenta nas falas dos entrevistados (as), tanto alunos (as), quanto gestores (as), com um elemento de contradição, característico da oposição entre as esferas pública e privada.

A cobrança da taxa, aprovada por 96% dos entrevistados (as), não afeta a concepção sobre o caráter público da escola para 77%, que consideraram a escola como sendo pública. Mais uma vez o principal argumento para a definição da escola como pública foi o fato de ser “mais barato do que nas outras”, de onde se percebe que o conceito de público aqui é delineado por oposição ao que é privado.

Por outro lado, também é possível identificar entre as falas dos entrevistados (as) a presença de concepções que apontam no sentido da diluição de fronteiras entre o público e privado, o que se demonstra pela aceitação das taxas como uma prática perfeitamente incorporada à cultura da escola pública. A definição do curso como gratuito por 58% dos entrevistados (as), a defesa da taxa e a definição da escola como pública pela maioria, nos indicam um conceito de público que se distancia da gratuidade e se aproxima das práticas da instituição privada. O entendimento da taxa como instituição da cultura pública foi considerado nesse estudo, como uma categoria que agrupou algumas falas:

Porque hoje em dia não existe mais uma rede de escola pública, tudo você tem que ajudar um pouquinho, não adianta. Antigamente, em colégio público não era obrigada a APAM⁵, mas muitos colégios exigem, exigem mesmo porque tem que pagar a APAM. Aqui se não tivesse essa taxa simbólica, eu não sei nem como tava funcionando, porque a escola é boa, ela tem bons profissionais, mas o governo tá relaxado, não tem material pra gente, eu não vou te dizer, era pra ter material pra fazer o jaleco (Estudante 38M - Corte e Costura).

É, em termos é, sabe por quê? Eu estudei toda a minha vida em escola pública não é? Na verdade sempre tinha a taxa da APAM que é uma taxinha pra controlar, pra organizar a escola, ou seja quebra alguma coisa, troca uma lâmpada, porque se a gente for deixar tudo a mercê que o governo faça, pode até, quer dizer, faz, mas... Então na verdade eu acho sim que devem ser cobradas essas pequenas taxas, e não é por isso que a escola deixa de ser pública, como eu falei pra você, só uma taxazinha de manutenção, compra de equipamentos. Mas, a escola, eu acho, continuo afirmando que é pública, apesar da taxa (Estudante 48M– Redes).

Porque essa taxa que você paga é o mínimo, porque não tem como, eu acredito que seja. Porque não é uma coisa particular, porque se a gente fosse pagar um curso desse particular... Você vê, eu fiz um curso de um mês ali no SENAI, não chega nem aos pés desse aqui, foi R\$ 300,00 (trezentos reais). Então eu acho que na escola pública você não paga, aquela taxa de pais e mestre que é uma taxazinha simbólica que nem todos os pais pagam, mas eu acho que sim porque R\$ 50,00. (cinquenta reais) praticamente não é nada. A professora falou que é pros materiais, agora eu não sei se ela é do governo, isso aí eu não sei, porque é a primeira vez que eu estou estudando aqui, eu não sei se ela tem algum vínculo com o governo, se é um órgão privado, como é que é (Estudante 22F - Corte Costura Básico).

A cobrança da taxa como elemento natural da cultura da educação pública, pode ser percebida nas falas que fazem referência à cobrança da APAM. Quando o estudante 38M afirma que “antigamente em colégio público não era obrigada a APAM, mas muitos colégios exigem, exigem mesmo porque tem que pagar a APAM”, seu entendimento ignora a legislação que proíbe a obrigatoriedade da cobrança da APAM e reflete o caráter de obrigatoriedade que a taxa acaba assumindo na prática, nas escolas públicas em geral. No entanto, não é pela obriga-

toriedade que da taxa se consolida, mas pela propaganda ideológica de sua necessidade como fundamental à sobrevivência da instituição pública, o que, contraditoriamente acaba constituindo uma nova cultura que naturaliza as práticas próprias da instituição privada ao contexto da escola pública.

É o que pode ser percebido na fala da estudante 48F “Eu estudei toda a minha vida em escola pública não é? Na verdade sempre tinha a taxa da APAM [...] não é por isso que a escola deixa de ser pública...”. Essa aluna que afirmou ter estudado a vida toda na escola pública, está acostumada à cobrança de taxas e nem por isso a escola deixa de ser pública; é expressão de uma cultura que vem se enraizando.

A indefinição de critérios para a caracterização da instituição como pública pode ser percebida na fala da aluna 22F que, mesmo não sabendo se a escola é do governo ou de uma entidade privada, a classifica como pública pelo valor da taxa ser inferior ao que é cobrado nas outras escolas.

Os alunos (as) respondem que é gratuito, mas tem uma taxa, ou seja, pagam sem consciência de que estão pagando, o que talvez seja a persistência numa idéia de público como gratuito. A taxa acaba ficando meio invisível, uma vez que 58% dos entrevistados responderam que o curso é gratuito, mesmo afirmando, em seguida, que há uma taxa.

É gratuito, a gente só paga uma taxazinha, é só um Caixa Escolar (Estudante 20F – Pedicuro).

É gratuito, a gente paga cinquenta reais pela matrícula, mas ele é gratuito (Estudante 09F – Pedicuro).

Pelo que eu sei, assim, a escola, o governo não tem obrigação de manter, não é? Então a gente paga a APAM, pra ajudar a manter, então isso é importante cada um de nós fazer, o curso pra dar continuidade pra que os outros possam usufruir do curso (Estudante 23M – Elétrica residencial).

Ele é gratuito e tem uma contribuição de cinquenta reais que você faz, mas é pro material da escola, alguma coisa que você possa, a gente não pode tá esperando do governo, então até vir a gente possa ter um material de trabalho que a gente possa tá aprendendo (Estudante 24M – Mecânica de Auto).

A fala da estudante 23F nos parece significativa quando afirma que “o governo não tem a obrigação de manter “a instituição, pois revela aceitação do processo de desresponsabilização do Estado que vem se acentuado no período pós reforma.

Embora 83,79% dos (as) entrevistados (as) tenham definido a escola como pública, muitas das justificativas revelam toda a contradição que faz parte do cotidiano da escola, que se expressam em dúvidas e incertezas em relação à justificativa da definição de que a escola seria pública. A incerteza ao definir a escola como pública se mostra nas seguintes falas:

Acho que é. Oh, na maioria das vezes não paga uma mensalidade por mês (Estudante 34M – Operador de Micro Básico.)

Pra mim é, porque no diploma sempre fala Secretaria de Educação, quando tem isso assim é do governo, não é? (Estudante 04M – Legislação Trabalhista)

Você sabe que eu não sei dizer, mas eu acredito que seja sim. Ah, porque é na área do governo, é do GDF, então eu acredito que seja pública, só por causa dessas três siglas G D F, então se você for no site da escola você vê que é gov, não é? Então, uma coisa governamental (Estudante 52M).

Eu acho que é, mas a gente tem que pagar uma taxa em todos os cursos que a gente vai fazer, porque já é o segundo curso que eu faço. O governo é que paga tudo isso e que mantém a escola. Que eu saiba aqui na escola, a única coisa que é vendida é salgado, eu nunca procurei pesquisar se era pública, se não era (Estudante 37F –Salgadeiro).

É pública porque é do governo, qualquer um pode vir aqui e fazer o curso, só tem essa limitação da taxa de cinquenta reais que alguns não podem, só que é pública, não é? É pública porque é sustentada pelo governo, mas só que essa taxa tem outras pessoas não conseguem pagar, tem gente que fica de fora porque não pode pagar. Acho que deveria ter um acesso público pra quem não pudesse pagar. É pública e um pouco não, não sei (Estudante 12M).

O que está posto como o centro dessa dúvida é a cobrança da taxa. As falas levantam a taxa como elemento questionador do caráter público da escola, pois ela restringe o acesso, está em contradição com a idéia do público caracterizado pela gratuidade. Nesse sentido, a afirmação de “Acho que deveria ter um acesso público pra quem não pudesse pagar.” (Estudante 12M) denuncia que este caráter público está ameaçado.

Se a maioria dos alunos (as) paga a taxa, o corpo discente da escola constitui-se de um segmento da população que consegue investir um certo percentual da renda familiar na sua formação profissional. Portanto, o acesso não é para todos os interessados.

A mudança do caráter público da escola é sentida por 15% dos entrevistados (as) que não consideraram a escola como sendo pública baseados no principal argumento de não ser totalmente gratuita.

Não, não é pública. Uai, por essa taxa, não é? Porque se fosse pública, não tinha que pagar nada, não é? Realmente, a pública é realmente gratuita (Estudante 21M – Mecânica de Auto).

Não considero tanto como pública, não é? Por que tem uma taxa, não é tão pública porque eles pegam a taxa pra manutenção, fora a verba que eles pegam do governo (Estudante 07M – Impressor Serígrafo.)

Não, porque se paga uma taxa, público é tudo de graça na é? (Estudante 47 M)
Eu acho que não. Até pelo fato da gente pagar essa taxa, porque eu não vejo matrícula na escola pública, pra tá pagando nada, eles dão uniforme, eles dão as coisas, aqui tudo é pra comprar, uma blusa do uniforme tem pagar, pra comprar uma coisa pra botar no jaleco uma coisa pra usar aqui no curso tem que pagar, então eu não vejo aqui uma escola pública, é mista, os dois lados. Porque num certo ponto eles agem como uma escola pública assim, pelo fato dos cursos serem gratuitos, não ter uma mensalidade todo mês, mas pelo fato de tudo que fôr comprar aqui dentro tem que pagar. Eu nunca estudei em colégio público, mas eu conheço pessoas que já estudaram e o uniforme eles dão e o governo tem que bancar porque a gente paga impostos, essas coisas pra nós, pra nós estudarmos, não é? (Estudante 28F)

Entre aspas. Por que têm pessoas que têm condição de tá aqui dentro e outras não, por causa da renda, entendeu? Da taxa. Pra mim não é não, tem uma exceçãozinha. Público pra mim é assim, todos têm o direito, agora se você não tem o dinheiro pra aquela taxa, você deixa de ter o direito garantido, então, fica meio termo. (Estudante 19F – Operador de Micro Avançado)

Esses registros demonstram que a gratuidade ainda é entendida por alguns membros da comunidade como característica definidora do caráter público da escola. Demonstram também o caráter restritivo de acesso que o fim da gratuidade impõe. Destacamos o tom de dúvida que aparece em algumas falas. Note-se o caso da última fala que, depois de classificar a escola como pública ao afirmar “Eu acho que sim”, em seguida afirma “Se fosse pública não precisava pagar, não é?”. Parece-nos que o processo de reflexão sobre a questão iniciou-se com a pergunta, ou seja, que não há uma posição definida a esse respeito. Essa foi uma característica marcante tanto em falas que classificaram a escola como pública, quanto em falas que classificaram a escola como não-pública, como também, nas falas que se posicionaram em torno de uma outra classificação, a de “escola mista”.

A escola mista foi uma categoria identificada no levantamento de dados no campo de estudo, surgiu das respostas dos alunos, mas foi definida e sistematizada na resposta de um dos gestores (as) que, quando questionado (a) a respeito do seu entendimento sobre o caráter público da escola, respondeu:

Olha, pra mim ela é mista, porque assim, o prédio é público, os professores e os funcionários são públicos, mas o dinheiro que sustenta a escola é vindo de arrecadação, entendeu, no meu ponto de vista ela seria totalmente pública se o órgão responsável sustentasse a escola 100%, como ela não sustenta, pra mim, no meu ponto de vista ela é mista (Gestor (a) 2).

As percepções que identificaram a escola como tendo característica de uma escola pública e de uma escola não-pública, ao mesmo tempo aparece em três entrevistas que denotam significação, pois tal elaboração representa avanço em direção a um novo conceito, confirma uma das questões levantadas por esse estudo a respeito da convivência entre duas culturas, a cultura do público e a cultura do privado. Por essas razões, apresentamos os registros que classificaram o CEP Ceilândia fora tanto do conceito de instituição pública, quanto do conceito de instituição privada, apontando a idéia de *escola mista*.

Não, pra mim essa escola é uma escola especial, onde ela não é nem pública, nem particular, porque ela tem um sistema organizado e hoje em dia dá pra perceber que a escola pública não tem ainda esses sistema organizado, tá precisando assim ter muita carência de uma melhoria e aqui a gente vê essa melhoria comparado à escola particular. (Estudante 06F - Legislação Trabalhista)

Olha, é pública e particular ao mesmo tempo, pelo ensino, não é? Porque assim, particular pelo aprendizado, né, e pública porque é grátis, porque a gente aprende muita coisa, não tô falando que numa escola particular, ou pública mesmo, você não aprenda nada, pelo grau assim, o lugar, pelos professores, a escola ensina bem (Estudante 35F – Web Designer).

É uma escola pública, mas nos moldes de uma particular, é uma escola muito séria, na verdade ela me surpreendeu, **porque infelizmente a gente tem uma idéia meio degradada do que é a coisa pública**. Eu pretendo continuar fazendo outros cursos aqui, enquanto eu puder ficar, eu vou ficar. (Estudante 27M – Operador de Micro Básico, grifos nossos).

Essas definições de “*mista*”, “*especial*”, “*pública nos moldes de uma particular*” são bastante reveladoras da coexistência de duas culturas que ocorrem dentro da escola. Tais concepções se assentam em práticas da tradição pública e práticas oriundas de comércio que cada vez mais ocorre como uma alternativa de sobrevivência identificada por vários sujeitos de segmentos diferenciados da comunidade escolar.

A fala do estudante 27M nos chama atenção, pois considera que a escola é pública nos moldes de uma particular, pois é uma escola séria, pois não poderia ser pública e séria “porque infelizmente a gente tem uma idéia meio degradada do que é a coisa pública”. Percebe-se então, o quanto o abandono do investimento público tanto financeiro, quanto de políticas de gestão, desmoralizam a instituição pública e reforçam a idéia de que o serviço de educação privado oferece mais qualidade e seriedade.

Assim, a comunidade e a gestão escolar buscam outras fontes de financiamento que possam manter o funcionamento da instituição, ainda que, em muitos casos essas novas formas de financiamento gerem questionamentos e conflitos. Questionado a respeito do que representa a taxa na manutenção da escola, este gestor (a) responde:

Tudo. Se não fosse essa taxa a gente podia fechar as portas, porque até a gente esperar o governo nos atender, fazer uma manutenção de uma máquina, o semestre tava perdido, o ano tava perdido. Essa taxa significa tudo, se não fosse essa contribuição... e olha que a gente tem uma briga imensa com o Ministério Público. Os alunos denunciam que a gente tá cobrando essa taxa, acaba que a gente faz uma pressãozinha, porque vamos combinar, o aluno, a gente atende 20 alunos no curso de cabeleireiro, se esses 20 alunos não contribuem, a gente não tem condição de comprar o material pra eles trabalharem, é o shampoo, é creme, é a tintura, se não contribuir, a gente não tem como comprar, a gente não vai oferecer o curso, então no meu ponto de vista é essencial porque essa manutenção o governo não dá pra gente (Gestor 2).

A busca pelo direito à escola pública e gratuita por parte de uma minoria ocorre de forma individual e expõe o embate entre as concepções de público que se confrontam na prática, dentro da escola. De fato, os alunos que recorrem ao Ministério Público têm amparo legal, uma vez que a Estratégia de Matrícula reafirma o Regimento Escolar na garantia de gratuidade para que o aluno freqüente qualquer modalidade de ensino ofertada pela Secretaria de Educação nas escolas da rede pública de ensino. Nesse sentido, estabelece:

13.4. Não é permitida à instituição educacional, sob qualquer pretexto, condicionar matrícula a pagamento de taxas, ou contribuições (artigo 200 do Regimento Escolar das Instituições de Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal) Estratégia de Matrícula (16/01/07)

Esse conflito que se manifesta na escola também pode ser observado na legislação vigente. A proibição explícita da cobrança de taxas no Regimento Escolar é contraditória com a omissão de exigência de obrigatoriedade da gratuidade para outras modalidades de ensino, que não o ensino fundamental. O artigo 4º da Lei 9.394/96 define que o dever do Estado com

a educação pública será efetivado pela garantia de ensino fundamental, obrigatório e gratuito e progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio e oferta das demais modalidades, sem referência à obrigatoriedade e gratuidade.

Art. 4º. O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;
- II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

Tal contradição relaciona-se com o de desenvolvimento do Estado, que em seu processo de mudanças históricas vem definindo e redefinindo o conceito atribuído à esfera pública. Assim, suas repercussões sociais e culturais vêm sofrendo mudanças ao longo da história da humanidade. No capitalismo, essas mudanças têm sido extremamente dinâmicas, desde o início da constituição do Estado moderno até os dias de hoje.

Como vimos, a educação profissional está bem privatizada. O PROEP foi um programa que teve importante contribuição nesse processo, pois priorizou o segmento particular nos aportes de recursos. Estes serviços, embora grande parte deles sejam financiados com o dinheiro público, não estão acessíveis à comunidade gratuitamente. Ou seja, a sociedade civil, além de pagar imposto, vai pagar um serviço que foi financiado com o dinheiro público. O pagamento torna-se fundamental, tanto na perspectiva do lucro para as instituições que já estão privatizadas, quanto da perspectiva de mudança de valores culturais no caso da instituição pública.

O fim da gratuidade na prestação dos serviços de educação profissional vai se configurando no contexto de novas práticas que descaracterizam o conceito de público como um direito social de todo indivíduo que contribui com a organização social. A realidade escolar, marcada por esse conflito entre as duas culturas, a cultura do público e a cultura do privado, carece de uma intervenção coletiva e organizada dos trabalhadores (as), estudantes e membros da comunidade escolar na defesa de uma formação pública gratuita e de qualidade. Inserida num contexto maior, a formação dos trabalhadores (as) também não pode prescindir de uma intervenção organizada destes (as), no sentido de construir projetos e políticas alternativos à imposição que vige nas orientações dos organismos internacionais, implementadas pelo Estado para a manutenção da atual situação do país na divisão internacional do trabalho. A superação da concepção de ciência e tecnologia como objetos de consumo e sua transformação em meios de produção é um desafio colocado como condição para a construção de uma educação que promova o desenvolvimento humano e social e ajude a construir as condições de liberação dos limites impostos pela reprodução do capital.

A suposta idéia de maior participação das comunidades locais na prestação dos serviços sociais oculta o intenso processo de desresponsabilização do Estado para com as políticas sociais e a construção ideológica da aceitação da privatização das instituições sociais. O que não foi obtido de imediato, como ocorreu nas atividades industriais e econômicas antes controladas pelo Estado, a transferência dessas atividades para a iniciativa privada, vem ocorrendo de forma

gradual, através de uma diluição de fronteiras entre os princípios definidores da propriedade pública estatal e da propriedade privada.

(Endnotes)

- 1 Centro de Educação Profissional da Ceilândia – SE GDF
- 2 Programa de Expansão da Educação Profissional
- 3 Banco Interamericano de Desenvolvimento
- 4 Cursos de curta duração, 40 ou 60 horas. No bimestre em que a pesquisa foi realizada, ocorriam 15 cursos: Cabeleireiro, Costureiro Industrial Básico, Manicura /Pedicura/Depiladora, Eletricista de Auto, Eletricista Residencial, Impressor Serígrafo, Operador de Micro Básico, Operador de Micro Avançado, Costureiro de Peça Intima, Auxiliar de Montagem e Configuração de Micro, Web Designer, Redes, Legislação Trabalhista, Mecânico de Automóveis e Salgadeiro.
- 5 Associação de Pais Alunos e Mestres

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*: São Paulo: Boitempo, 2003
- ARENDT, Hannah. *A condição Humana*. Tradução Maria Velozo. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 2005
- BRASIL/BID. Contrato de empréstimo Nº 52/OCBR entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento: Programa de Reforma da Educação Profissional. Resolução DE – 109/97. Brasília, 1997.
- BRASIL LDB-Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e legislação correlata. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001a.
- GDF/SE. *Estratégia de Matrícula 2007 da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. Brasília; Subsecretaria de Educação Pública, 2007.
- GDF/SE. *Regimento Escolar das Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*. Brasília; Subsecretaria de Educação Pública, 2006.
- MEC/SEMTEC/PROEP. *Manual do Planejamento Estratégico: construindo a nova educação profissional*. Brasília: MEC/SENTEC, 1999.
- MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Tradução Paulo Czar Castanheira; Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção*. São Paulo, Cortez, 2005.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Plano Diretor da Reforma do Estado*. Brasília: Presidência da República, 1995.